

Mesoregião Norte Fluminense
Rio de Janeiro - Brasil

Mapa 1: Mesoregião Norte Fluminense

Base Digital: IBGE
Projeção: UTM
Datum: SIRGAS 2000
Elaboração: Eduardo Barcelos

A Região Norte Fluminense é uma das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro e é formada pela união de nove municípios agrupados, distribuídos em duas microrregiões, sendo a primeira a de *Campos dos Goytacazes* – que abrange os municípios de Campos, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra – e a segunda, a microrregião de *Macaé* – que envolve os municípios de Carapebus, Quissamã, Macaé e Conceição de Macabu (Mapa 1).

Historicamente, a economia da região desenvolveu-se pela atividade açucareira na difusão do povoamento, e por ser uma planície fluvio-marinha de grande extensão, plana e contígua favoreceu a atividade agrícola em larga escala, sobretudo o monocultivo da cana de açúcar. Esta atividade também é favorecida pela presença do rio Paraíba do Sul, o mais importante do estado do Rio de Janeiro e que corta parte da região.

A paisagem de usinas e instalações de produção açucareira, junto das amplas monoculturas e dos grandes donos de terra irão fazer desta região uma fonte de desigualdades e violências, mas também de organização, resistência e justiça.



Foto 1: Usina Cupim, década de 60, Campos dos Goytacazes (Fonte: Arquivo IBGE)

O Norte Fluminense: o contexto da modernização agrícola e dos conflitos pela terra

“A produção de cana e de açúcar no Brasil constituiu-se, desde os primeiros momentos de instalação, numa das atividades econômicas destinadas à oferta de produtos para o mercado externo. Após a criação do PROALCOOL (1975), a este objetivo se acresceu o atendimento do crescente mercado de compra do álcoolcombustível. Em face destas destinações, as condições técnicas de beneficiamento industrial devem ser continuamente transformadas, A cada momento de transformação das condições técnicas, especialmente junto às usinas, unidades de beneficiamento ou produção de álcool e açúcar, um processo de centralização industrial encontro-se em jogo. Neste processo e por diversas formas, algumas das usinas são excluídas ou alguns usineiros (proprietários das unidades industriais) são expropriados da posição de empresário. Naturalizados como fundamento da modernização industrial e do progresso, esse processo de centralização das unidades de beneficiamento da cana-de-açúcar, embora implicando em desemprego para os trabalhadores e em exclusão de outros agentes complementares desta produção agroindustrial, tendem a ser absorvidos sem explicitação pública dos conflitos que lhes são subjacentes” (NEVES, 1995)

“Quando o governo parou de incentivar essa produção as usinas quebraram. Seus donos deram no pé, com todo o dinheiro que sobrou, deixando os trabalhadores sem receber seus direitos. Desempregados, abandonados à própria sorte, alguns foram para a cidade. Esses acabaram vivendo nas favelas que aumentavam a cada dia. Outros sobreviviam de serviços no campo que por ora apareciam. Nesse período a pobreza fez casa. Entre 1996 e 1997, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) entra na região, com um trabalho de “formiguinha”, a fim de conscientizar e organizar esses homens e mulheres espalhados pela região, na luta pela terra da qual foram expulsos” (extraído da cartilha Zumbi 5, 2006)

Assim como em outras regiões do país, a Região Norte Fluminense – *Região Canavieira* – foi submetida às mudanças tecnológicas introduzidas pelo capital no campo e teve por característica a subordinação da agricultura à indústria, a proteção dos interesses das oligarquias agrárias e a violação dos direitos dos trabalhadores. A *modernização agrícola*, como ficou conhecido este processo de transformação nas relações técnicas (e de poder) na cana promoveu mudanças significativas no processo de trabalho, que por um lado, fez acompanhar pela eliminação das formas tradicionais de trabalho, caracterizadas pelos “colonos” e “moradores”, e por outro, contribuiu para a formação do trabalho livre e temporário na região, consequência da onda da expansão/transformação técnica posta em prática pelos usineiros e grandes fornecedores (ALMEIDA, 2000; NEVES 1997).

Dadas as novas condições técnicas – intensificação da mecanização, adensamento das unidades de processamento, verticalização da produção – a possibilidade real de expansão das atividades agrícolas levou os usineiros e grandes fazendeiros a incorporar toda a área de terra disponível com a cultura da cana, iniciando um duplo movimento de concentração fundiária e de expropriação de trabalhadores e camponeses, que irá se estender por toda a década de 1960 e *“mais precisamente a partir de 75, com o lançamento do Pró-Álcool (Programa Nacional do Alcool), esse movimento de expulsão do trabalhador rural do campo se acentua ainda mais, chegando a atingir um êxodo rural em torno de 50.000 pessoas nas décadas de 60 e 70 no município de Campos e de 16 milhões em todo o Brasil (IBGE, 1980 apud ALMEIDA, 2000).”*

A este processo culminou todo um movimento de deslocamento de contingentes populacionais precarizados e vulnerabilizados para as cidades da região, a que, diretamente se fez pela ocupação e crescimento das periferias urbanas, bairros e distritos por parte destes trabalhadores. A vida precária e sem perspectivas acabou por transformar este contingente de pessoas em trabalhadores livres, em força de trabalho disponível. A luta pela sobrevivência, agora no mundo urbano foi encurralando, compulsoriamente estes trabalhadores e assim passaram novamente, neste “limiar da vida” a ser “arregimentados para o corte de cana como “volantes” ou “bóias-frias”, sempre intermediados pela figura do “empreiteiro” ou do “gato”, como é denominado pelos próprios (ALMEIDA, 2000).

Esta condição subalternizada –a qual se coloca pela perda da moradia, da roça, da terra, dos meios de vida e trabalho– irá a obrigar, pouco a pouco os trabalhadores a buscarem novas formas de trabalho, já que o “morar na cidade” se constituiu numa experiência de sofrimento e de constantes violações. A desqualificação destes sujeitos, ao qual se curvaram a todo e qualquer tipo de trabalho, já que os setores da economia urbana eram incapazes de absorverem este contingente fez leva-los à condição “clandestina”, informal, com poucas ou nenhuma possibilidade de ascensão social devido aos baixos salários, promovendo uma corrida pela sobrevivência por algum ou nenhum salário.

Se por um lado, a desqualificação e marginalização destes trabalhadores volantes (boias frias) recolocou novas contradições ao processo de modernização agrícola, ao que figurou na condição de proletarização, este cenário abriu, por outro lado um espaço de emergência para novas relações e possibilidades contrárias a esta lógica. É que a centralização/adensamento industrial (NEVES, 1995) movida pelas mudanças técnicas

acabou acarretando uma concentração de capitais e uma dinâmica intensa de concorrência entre os fazendeiros/usineiros, processo que pouco a pouco confrontou *“interesses contraditórios entre os seus supostos beneficiários, (e) teve como um dos desdobramentos a expropriação de capitalistas”*. (IDEM, IBIDEM). A “pura concorrência intra classe” no interior da região permitiu que as maiores usinas pudessem incorporar as menores, num processo de concentração e centralização, haja vista que a concorrência das usinas de São Paulo e os ganhos tecnológicos e produtivos daquelas, fizeram na região uma verdadeira “seleção” de usinas, deixando as mais obsoletas e menores ao relento do mercado. Isso deixou a figura do usineiro desmoralizada, visto que as menores usinas tiveram que demitir grandes contingentes de trabalhadores sem garantias trabalhistas, o que associou o patrão a um mau administrador, a um gestor irresponsável *“no momento em que ele se desobriga da sua função de provedor e abandona os seus trabalhadores à fome e à miséria”* (NEVES, 1997 apud ALMEIDA, 2000).

O impacto desta centralização industrial das grandes usinas – ou dos *engenhos centrais* (NEVES, 1997) – foi tão significativo que, no início da década de 1980, *“6 usinas foram fechadas e suas quotas de produção transferidas para as demais que permaneceram em atividade. Contudo, das 14 usinas que permaneceram em atividade, mais três foram excluídas durante a década de 1980”* (IDEM)

“Sem poder contar com o velho protecionismo do Estado, que também enfrentava uma grande crise financeira que vai se acentuar consideravelmente na década de 80, a chamada “década perdida”, a Região Canavieira de Campos é obrigada a se ajustar as novas imposições econômicas do mercado globalizado e da concorrência letal que ocorre no interior das frações dominantes, concorrendo também para o processo de “expropriação de capitalistas”(…) As metamorfoses operadas desde a década de 70, que reduziram drasticamente o período de trabalho na lavoura, o fechamento de mais de uma dezena de usinas, fruto da política de concentração industrial, e ainda, a redução da área cultivada com cana, vão produzir uma forte redução da oferta de emprego ligado à cana, sobretudo, daquele ligado às Unidades Industriais.” (ALMEIDA, 2000).

O processo de desqualificação dos antigos trabalhadores rurais patrocinado pelas inovações técnicas e que vai transformá-los em simples trabalhadores braçais livres e disponíveis para qualquer trabalho desqualificado, converte-se num elemento decisivo no processo de intensificação da precarização da força de trabalho na Região Canavieira de Campos, na medida em que possibilita o ingresso de mulheres, crianças e idosos que buscam alternativas à complementação da tão pequena renda familiar (ALMEIDA, 2000).



Foto 2: Corte de cana nas terras da Usina Santo Antônio, década de 50, Campos dos Goytacazes. (Fonte: Instituto Historiar)

Houve, entre outras coisas um descompasso entre a elevação da capacidade de moagem do Parque Industrial Fluminense (elevado a 16 milhões de toneladas de cana) e a expansão das lavouras, fato que culminou na ociosidade da estrutura produtiva da região e na redução drástica de postos de trabalho, inclusive na entressafra, gerando “*a clandestinidade dos vínculos trabalhistas e a intensificação do processo de exploração da força de trabalho*” (ALMEIDA, 2000). Fatores como a redução dos preços do metro colhido da cana e a diminuição dos subsídios do Estado ao setor também foram elementos importantes no período.

Isso permitiu com que os trabalhadores reinterpretassem o processo de falência das usinas, pois “*a condição de abandonados pelo patrão lhes fornecia a justificativa necessária para que eles brigassem judicialmente pelos seus direitos e posteriormente pela terra do seu antigo patrão, lhes permitindo romper com o sistema tradicional de regras, valores, obediências e hierarquias ao qual se mantiveram vinculados todos esses anos*” (IDEM, 2000).

Todo este processo foi decisivo para a organização política dos trabalhadores da cana na região, sobretudo porque as massas falidas já estavam a anos sem pagar os salários e alguns benefícios, como o deslocamento para as fazendas. A crise que se instala no setor, corroborada pela “ausência do Estado”, com o fim dos incentivos do Pro-Alcool vai culminar na greve dos canavieiros, na década de 1980, momento em que se dispara uma série de dissídios (acordos trabalhistas), mas também de ações coletivas contra os patrões que continuavam a negar os direitos dos trabalhadores. O protagonismo do movimento sindical na região, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos foi fundamental na mediação política e na cobrança dos direitos violados, como foi o caso das terras da Usina Novo Horizonte, no município de Campos (ALMEIDA, 2000). Neste caso, após a luta política dos trabalhadores a ela associados para o pagamento dos salários e a confirmação da falência da usina, em 1985, *“a unidade agrícola, correspondente a 4.500 ha aproximadamente, foi expropriada pelo Estado em 1987 e incorporada como recurso a ser redistribuído a partir dos objetivos da política de reforma agrária”* a 350 famílias, sendo a maior parte delas de antigos trabalhadores da usina falida (NEVES, 1995). A experiência de Novo Horizonte, mediada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Campos irá funcionar como um elemento de “desnaturalização” das relações de dominação e mando, criando no imaginário dos trabalhadores que a luta pelos direitos trabalhistas é legítima, justa e necessária, e que o “patrimônio da usina falida” é um direito coletivamente construído pelos trabalhadores e a eles deve pertencer.

É neste cenário de transformação, ajustes e precarização das relações de trabalho e das condições de vida que a dinâmica canavieira na região irá revelar as possibilidades e contradições do processo de centralização industrial, que por um lado serviu para selecionar os grandes engenhos simultaneamente à falência dos menores, deixando para trás um enorme estoque de terras ociosas, degradadas e improdutivas; e de outro lado, para o aumento de trabalhadores precarizados, desempregados ou clandestinos, sobretudo nas cidades e periferias urbanas. Isso será, mais tarde, já na década de 1990 as principais motivações para a emergência de novos conflitos agrários, agora não somente pela luta pelos direitos trabalhistas violados pelos patrões, mas antes de tudo, pela reforma agrária, pela democratização e acesso a terra das antigas usinas falidas. É neste momento, que a Região Norte passa a ocupar um lugar de destaque no enfrentamento da questão agrária no estado, pois além de concentrar os maiores latifúndios do estado, viu-se pela primeira vez o enorme e secular poderio do latifúndio canavieiro ser enfraquecido (ALENTEJANO, 2008).

O Norte Fluminense: as ocupações e os enfrentamentos

*Quando vim de Macaé,
Vim com boas intenções,
Trouxe algumas ferramentas
Sendo faca e facão.
Também trouxe a minha foice
A enxada e o enxadão*

*Nove horas da noite
Embarquei na condução,
Sem saber qual o destino
Daquela lotação.
Não sabia que nós vínhamos
Pra usina São João*

*Dia 12 de abril
Dia da ocupação,
Três horas da madrugada
Marcava meu patacão,
Os ônibus aqui chegavam
Com povo em união*

*Tem alguns companheiros
Que vieram dar proteção
Veio gente de Capelinha
E também de Conceição,
Casimiro de Abreu
E de toda a região*

Abertura (1.^a) – Paulo Poeta

“Somente em meados dos anos 90 a luta pela terra e pela reforma agrária recupera forças. Esse renascimento não se deu apenas pela retomada das ocupações, mas na busca dos assentados por melhores condições de vida, na luta pela produção e comercialização. É nessa última fase que se observa uma interiorização das ocupações de terras no estado, se deslocando principalmente para a Região Norte onde se concentra o setor agroindustrial do açúcar e do álcool e as maiores áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Nesse período também se consolida a postura de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados à Fetag (Federação dos Trabalhadores da



Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) em organizar ocupações de terras. Esse fato marca uma reorientação política da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), sempre voltada para as pressões institucionais como principal forma de luta pela terra, ao contrário do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que sempre privilegiou esse tipo de ação política” (ALEIXO, 2007).

“As reuniões aconteciam em sindicatos, Igrejas e quadras de esporte das redondezas. Aos poucos o grito: ocupar, resistir, produzir, era ouvido em mais e mais lugares. Os primeiros resultados eram colhidos, bastava ver o interesse de todos durante as discussões. A primeira ocupação (no coração da Região Canavieira) se deu na Usina São João, aquela lá de Campos, abandonada depois da crise do álcool. Cerca de 200 famílias, na madrugada do dia 12 de abril de 1997 acamparam. Na montagem das barracas era possível ver gente simples, vinda das favelas de Campos, outros bairros da mesma cidade como Aldeia, Travessão, Fundão e Santa Rosa. E também de municípios vizinhos como: Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Conceição de Macabu. Todos juntos, na cara e na coragem, fazendo acontecer a ocupação” (extraído da cartilha Zumbi 5, 2006).



Fotos 3 y 4: Ato pela Reforma Agrária – Conceição de Macabu /RJ - 1996

O cenário de expropriação de trabalhadores e camponeses no Norte Fluminense até a década de 1990 irá aprofundar o quadro de desigualdades tão marcante na região, especialmente a explosão do desemprego com a falência de várias usinas. A massa de precarizados, mal empregados, sub empregados e desempregados, famílias inteiras vivendo em periferias urbanas, em distritos rurais e vilas, em barracos ou em condições degradantes irão fazer parte deste processo. Muitas delas, que passaram pelo trabalho na cana, estavam ainda sem receber seus direitos, sobretudo os salários. Em alguns casos, como em

Novo Horizonte, os trabalhadores ficaram 3 anos com salário atrasado, sem receber um centavo da usina.

Apesar da tentativa dos Sindicatos em minimizar este cenário de precarização, a luta pela reforma agrária ainda era uma pauta marginal no movimento sindical. É que a mediação política e jurídica dos Sindicatos nos conflitos se fazia essencialmente por uma pauta trabalhista, preocupada com a *“reivindicação da terra como forma legítima de pagamento dos salários e direitos devidos pela usina aos seus ex-trabalhadores rurais”* (ALMEIDA, 2000), o que, segundo NEVES (1997) deixa claro que *“o acesso à terra de propriedade da usina e a reação coletiva de trabalhadores diante da extinção de usinas nessa região eram impensados e até então, impensáveis”*, ou seja o enfrentamento do de terra era uma tática inexistente e não fazia parte da agenda do movimento sindical.



Foto 5: Instalações da Usina São João, Campos dos Goytacazes.
Foto: Ana Paula Alves Ribeiro



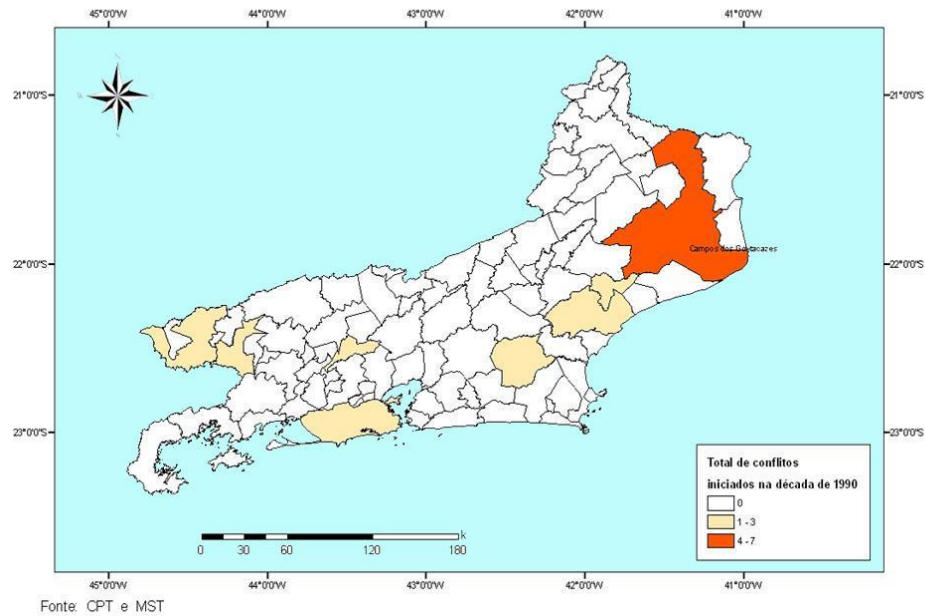
Foto 6: Casas de Colono Ocupadas pelo MST. Usina São João. (Foto: Ana Paula Alves Ribeiro)

Mas a crise das usinas e a expressiva quantidade de terras ociosas e improdutivas irá mudar, a partir da década de 1990 a tática dos trabalhadores. Cresce em toda a região canavieira a reivindicação pela *reforma agrária* e pela *democratização da terra*, o que no limite muda o sentido dos conflitos agrários na região para aqueles expropriados e precarizados durante anos. Um amplo movimento de *interiorização das ocupações em terras de usinas* organizadas pelos trabalhadores passa a ser o centro do debate agrário que se deflagra na região e no estado, mudando radicalmente a história de dominação e violência do *mundo canavieiro* na vida de centenas de famílias. O retorno do MST ao Rio de Janeiro, no início dos anos 1990 “*após a fracassada tentativa de se organizar no estado nos anos 1980; e a mudança de tática por parte da FETAG/RJ que, depois de manter uma linha legalista durante os anos 1980 e 1990 e criticar as ocupações de terra no estado por contarem em sua maioria com trabalhadores oriundos do meio urbano, passa a promover ocupações a partir de 1999, arregimentando inclusive trabalhadores residentes nas periferias de cidades do interior*” (ALENTEJANO, 2008)

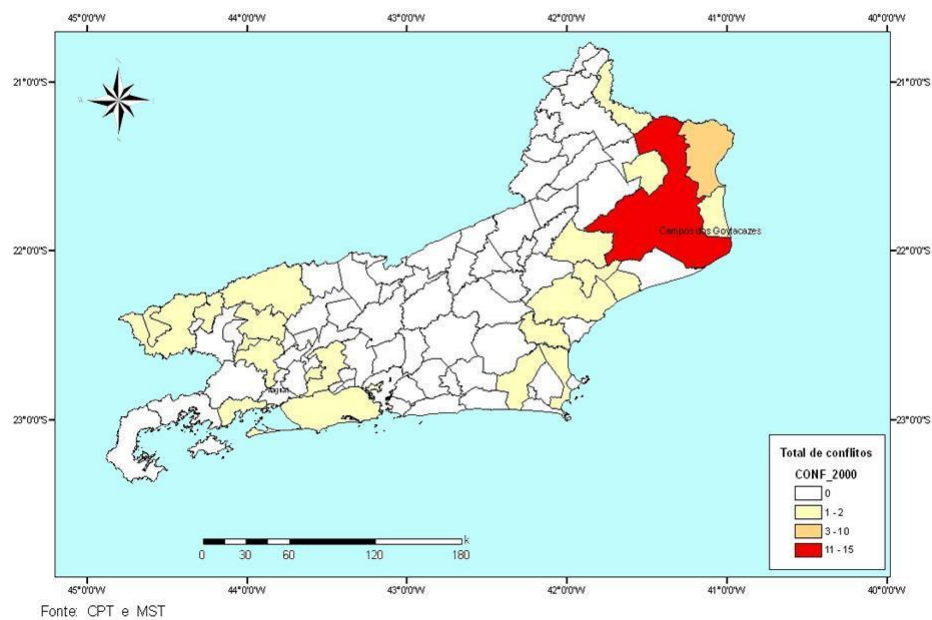
Deu-se início a um período, que vai de 1996 a 2006 de intensos conflitos pela terra e a abertura de várias *frentes de ocupação* de fazendas e terras abandonadas e improdutivas das usinas, protagonizadas pelo MST, num primeiro momento e pela FETAG, posteriormente juntamente da organização, mobilização e agregação de trabalhadores rurais e precarizados variados da cidade, assalariados, moradores de periferia, ex colonos e trabalhadores temporários.

As primeiras ocupações de terras de usina no estado, ocorreram na periferia da região canavieira, e durante um tempo, se limitaram aos municípios de Macaé e Conceição de Macabu. Neste último, a criação do Assentamento São Domingos, constituído no contexto de redemocratização do país no final da década de 1980 sobre as terras da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor irá mudar a correlação de forças favorável à reforma agrária no município e região (ALEIXO, 2007). Esta experiência possibilitou aglutinar trabalhadores de vários cantos do município, encorajou a todos na luta pela terra e serviu de referência para os trabalhos de base e reuniões preparatórias que antecederam as demais ocupações de terra na região.

Mapa 2: Distribuição espacial dos conflitos pela terra no Estado do Rio de Janeiro no início da década de 1990. Fonte: ALENTEJANO 2008.



Mapa 3: Distribuição espacial dos conflitos pela terra no Estado do Rio de Janeiro no início da década de 2000. Fonte: ALENTEJANO 2008.



A articulação política promovida pelos assentados de São Domingos, juntamente de outros grupos, como a Comissão Pastoral da Terra, ONGs, Sindicatos, movimentos sociais, como o MST e demais trabalhadores vindos de outras ocupações, como a de Cambucaes, em Silva Jardim, foi constituindo uma ampla rede de apoio e solidariedade, política e material, que se desdobrou na ocupação das fazendas Capelinha I e II na madrugada chuvosa de 28 de junho de 1996, com cerca de 160 pessoas (IDEM). As terras de Capelinha – terras férteis de várzea – pertenciam a fálida Usina Victor Sense, que fechou as portas em 1993, provocando uma tragédia social no município de Conceição, com mais de 3 mil desempregados. A ocupação de Capelinha reabriu e renovou o horizonte de esperança para várias famílias, pois não *“parava de chegar pessoas dos mais variados recantos de Conceição de Macabu, Silva Jardim, Santa Maria Madalena e Macaé dentre outros municípios, para fazer parte da ocupação da fazenda Capelinha. O boato já havia se espalhado pela região e muitos empregados chegaram a largar seus respectivos empregos em fazendas de gado, no corte da cana ou em biscates nas cidades para fazer parte do acampamento de sem terra. Após os três primeiros dias calculava-se que havia 190 famílias, ao final de uma semana já eram 250 famílias e duas semanas após, segundo Relatório Social do STR (1996), havia 1.005 pessoas”* (IDEM).

A ocupação de Capelinha revelou a força acumulada pelos trabalhadores e pela rede de apoiadores, pois *“a desapropriação das fazendas foi decretada pelo Incra três meses após, no dia 23 de setembro de 1996, ocasião em que o organismo iniciou um processo de cadastramento das famílias então acampadas. A agilidade na desapropriação das fazendas foi significativa, tendo sido, inclusive, ressaltada pela imprensa do MST, segundo a qual este teria sido “o decreto de desapropriação de tramitação mais rápida que se tem notícia, não só no Rio como em todo o País”* (MST-RJ, n° 6, set. 1996 apud ALEIXO, 2007).

Esta nova experiência coletiva protagonizada pelo MST e apoiadores, uma experiência onde a terra vai aparecer como objeto legítimo de disputa política dos trabalhadores irá ganhar capilaridade e atingir diretamente o centro hegemônico do poder sucroalcooleiro. Em 12 de abril de 1997 a atuação do MST atingiu o coração da região, quando foram ocupadas as terras da Usina São João, situada a 7 km do centro de Campos dos Goytacazes e em janeiro de 1998 as terras da Usina Baixa Grande, na fazenda Marrecas, de propriedade de Fernando De La Riva, de origem cubana. A primeira delas deu origem ao maior assentamento de reforma agrária do estado, o Assentamento Zumbi dos Palmares, com mais de 8.000 hectares e cerca de 550 famílias assentadas; e a segunda aos Assentamento Che Guevara e Ilha Grande, em Baixa Grande, com mais de 110 famílias assentadas.

Estas e demais ocupações tiveram claro papel do MST na condução política, no trabalho de base, na organização de trabalhadores na cidade e na construção de táticas, práticas e sentidos para o novo “horizonte” que se abria com as ocupações. Mesmo sendo um “agente externo” a região, o MST soube reinterpretar as reivindicações locais, colocando a luta pela terra como um novo campo de possibilidades para a vida destes trabalhadores.

*Dia 12 de abril
Ainda no madrugada,
O povo aqui chegava
Vindo de todo o lugar,
Uma mobilização
De todo o pessoal*

*Vinha carro de polícia
Para nos amedrontá,
Um oficial de justiça
Vinha com polícia,
Trazendo alguns papéis
Para todos assiná*

*Foi um tal de dividi grupo
comecei a desconfiá,
esse MST
tá querendo nos mandá,
mais é a forma que se tem
para si organizá*

*Não adiantou pressão
Continuamos a plantá,
Alface, couve, gilo
Foi até pros hospitá,
A fatura foi também
Que começou a sobrá*

*Começou nossa batalha
fomos todos trabaiaá,
uns foi para a horta,
outros foi pro currá,
todo o dia vinha imprensa
pra nos entrevistá*

*Todo dia assembleia
Só para animá,
O governo demorava
A papelada assiná,
Saiu alguns companheiros
Para Brasília foi marchar*

Marcas do Aniversário de Zumbi dos Palmares

– Paulo Poeta

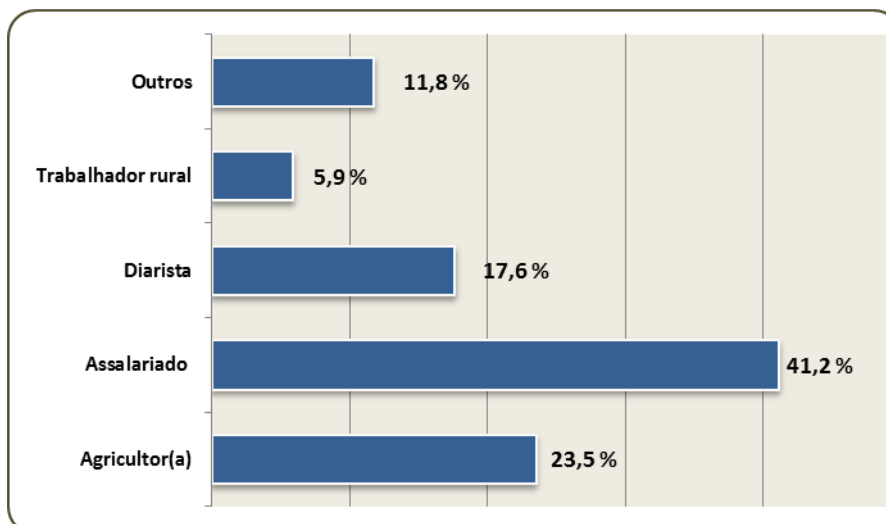


Gráfico 1: Atividade exercida pelos trabalhadores que ocuparam a Fazenda São João, Usina Victor Sense, 2005

Conceição de Macabu-RJ

Fonte: CEDRO (2012a)



Tabela 1: Balanço das ocupações de terra de usinas no Norte Fluminense – Década de 1990 e 2000

Nº	USINA	FAZENDA	MUNICÍPIO	ANO	MOVIMENTO SOCIAL	DESAPROPRIADA (SIM OU NÃO)	ASSENTAMENTO OU ACAMPAMENTO
1	Santa Maria	Providência	Bom Jesus do Itabapoana	2002	MST	Não	São Roque
2	?	Santa Helena	Campos dos Goytacazes		Fetag	Não	Goytacazes
3	Baixa Grande	Marrecas	Campos dos Goytacazes	1998	MST	Sim	Che Guevara
4	Baixa Grande	Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	1998	MST	Sim	Ilha Grande
5	Barcelos	São Cristovão	Campos dos Goytacazes	2008	MST	Não	17 de Abril
6	Cambaybha	Dores	Campos dos Goytacazes	2000	MST	Sim	Oziel Alves
7	Cambaybha	Mergulhão	Campos dos Goytacazes	2000	MST	Não	
8	Cambaybha	Saquarema	Campos dos Goytacazes	2000	MST	Não	
9	Cambaybha	Fazenda Fazendinha	Campos dos Goytacazes	2000	MST	Não	
10	Cambaybha	Flora	Campos dos Goytacazes	2000	MST	Não	
11	Cambaybha	Caetá	Campos dos Goytacazes	2002	MST	Não	
12	Cambaybha	Cedros	Campos dos Goytacazes	2002	MST	Não	
13	Santa Maria	Complexo Santa Maria	Campos dos Goytacazes	2001	MST	Não	
14	Santa Maria	Santa Maria	Campos dos Goytacazes	2007	MST	Não	Eldorado dos Carajás
15	São João		Campos dos Goytacazes	1997	MST	Sim	Zumbi I
16	São João		Campos dos Goytacazes	1997	MST	Sim	Zumbi II
17	São João		Campos dos Goytacazes	1997	MST	Sim	Zumbi III
18	São João	Campelo	Campos dos Goytacazes	1997	MST	Sim	Zumbi IV
19	São João	Cajueiro	Campos dos Goytacazes	1997	MST	Sim	Zumbi V
20	Carapebus	Boa Sorte	Carapebus		Fetag	Sim	João Batista Soares
21	Carapebus	Santo Antonio	Conceição de Macabu		Fetag	Sim	25 de Março
22	Vitor Sense	São João	Conceição de Macabu		Fetag	Sim	José Pureza
23	Vitor Sense	Capelinha I e II	Conceição de Macabu	1996	MST	Sim	Capelinha
24	Carapebus	Cabiúnas I e II	Macaé		Fetag	Sim	Celso Daniel
25	Quissamã	Morro do Pilar	Quissamã		Fetag	Não	Paulo Freire
26	Quissamã	Atalaia	Quissamã		Fetag	Não	União da Conquista
27	Baixa Grande	Saco D'Antas	São João da Barra	1998	MST	Não	

Fonte: ALENTEJANO (2008)

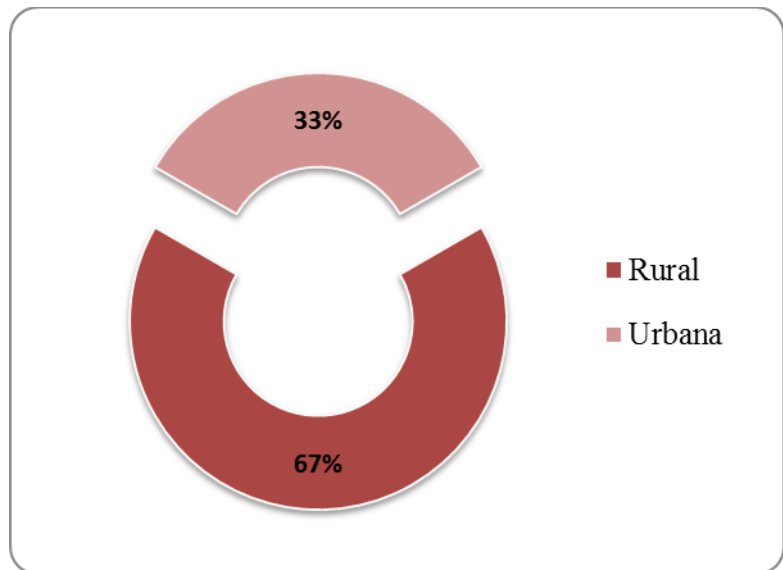
Em **SÍNTESE** entre 1997 a 2005...

Das 27 ocupações feitas no Norte Fluminense em terras de Usina, das quais 21 realizadas pelo MST (77,8% do total), 13 áreas foram conquistadas (48,1%) e outras 6 continuam ocupadas (22,2%). Nos demais 8 casos (29,6%), as Usinas conseguiram a reintegração de posse e o bloqueio dos processos de desapropriação. Ao todo, 8 usinas tiveram terras ocupadas, sendo que 5 tiveram terras desapropriadas e as outras 3 têm terras sob ocupação. A Usina que conseguiu maior sucesso no confronto com os movimentos sociais foi a Cambaybha que só teve uma das suas 7 fazendas ocupadas desapropriada e conseguiu reverter os outros 6 processos de desapropriação. (Ver Tabela 1). Vale registrar que 18 dessas 28 ocupações (64,3%) ocorreram no município de Campos dos Goytacazes. O segundo município com maior número de ocupações foi Conceição de Macabu com apenas 3 ocupações. Cabe acrescentar que 5 fazendas pertencentes ao Complexo da Usina Novo Horizonte também foram desapropriadas para fins de reforma agrária, porém, sem que as terras tivessem sido ocupadas (ALENTEJANO, 2008).

A importância das ocupações no coração da região, em Campos, foi motivando novas frentes de ocupação, não só naquele município, mas também a continuidade das ocupações nos municípios mais interioranos da região. Em 2003 e 2004, na microrregião de Macaé, novas ocupações ocorreram nas terras ociosas da antiga e falida Usina Victor Sense (Fazenda São João em Conceição de Macabu) e da Usina de Carapebus (Fazenda Santo Antonio e Fazenda Boa Sorte, em Carapebus; e na

Fazenda Cabinuas I e II, em Macaé). Estas ocupações atingiram uma área total de mais de 5.400 hectares e tiveram como saldo a criação dos Assentamentos Zé Pureza, 25 de Março, João Batista Soares e Prefeito Celso Daniel, respectivamente, todos eles organizados pela FETAG/RJ com o apoio dos Sindicatos locais. Cerca de 340 famílias foram assentadas pelo INCRA/RJ, após anos de acampamento nestas áreas.

Gráfico 2: Origem das famílias na ocupação da Fazenda Boa Sorte, Usina de Carapebus, em 2004 Carapebus-RJ
Fonte: CEDRO (2012b)



Outras experiências de acesso a terra na região ocorreram de forma diferente e em paralelo à tática das ocupações. As fazendas Santo Amaro e Companhia, em Campos dos Goytacazes – que faziam parte do complexo extinto da Usina Novo Horizonte e que permaneceram ocultas e não consideradas na quitação das dívidas da massa falida da usina – e a fazenda São Fidélis, em São Fidélis foram terras pleiteadas pelos trabalhadores por meio do Programa de Reforma Agrária via correios promovido pelo governo federal em 2000. No primeiro caso, após anos de espera pela terra e a não efetivação da reforma agrária via inscrições pelos correios, os trabalhadores se sindicalizaram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e ocuparam, em 2003 as margens da estrada que leva ao distrito de Morangaba (Rio Preto), como forma de forçar a desapropriação das Fazendas. Após dois anos, em novembro de 2005, o INCRA parcelou a área e efetivou a distribuição das terras a 40 famílias. Já no segundo caso, em São Fidélis, o programa via co-

reios se consolidou pela primeira vez no estado e deu origem ao Assentamento São Fidélis, com 22 famílias distribuídas numa área de pouco mais de 600 hectares.

Ainda no Norte Fluminense, tem-se ainda a experiência de Tipity, no município de São Francisco do Itabapoana, envolvendo a desapropriação de um dos maiores empreendimentos da região. A *Indústria de Farinha TIPITY*, empreendimento inaugurado em janeiro de 1940 pelo Barão austríaco Ludwing Kummer, foi considerado um projeto ousado à época, e prosperou brevemente na região produzindo farinha de mandioca. Por pressão da sociedade em plena segunda guerra mundial, o projeto veio a falir, porém sua área foi desapropriada por decreto somente no dia 26 de junho de 1989, criando o Projeto de Assentamento Tipity por documento do INCRA de 14 de novembro de 1991, instituindo 148 lotes, situação que foi retificada em 31 de janeiro de 2005, ampliando-se para 203 o número de lotes familiares agrícolas reconhecidos pelo INCRA. Recentemente foi também criado no município de Macaé o primeiro assentamento ambientalmente diferenciado do estado do Rio de Janeiro, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, nas antigas terras da Fazenda Bom Jardim. Antiga propriedade da empresa rádio Campos Difusora, a fazenda foi ocupada pelo MST em 2010, mas somente em fevereiro de 2014 o INCRA conseguiu imissão na posse para assentar 78 famílias numa área de 1.540 ha. Este assentamento foi o primeiro do estado a se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e deverá ter sistemas produtivos agroecológicos.

A área foi ocupada por cerca de 200 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no dia 7 de setembro de 2010. Ao longo desse período, o local foi palco de diversos conflitos, entre os quais, quatro despejos de famílias acampadas, por ordem judicial. O mais violento aconteceu em 17 de novembro de 2010, quando a polícia exigiu que os acampados retirassem seus pertences em poucos minutos. Após saírem, os barracos foram incendiados. Nessa época começaram a discutir uma ocupação diferenciada da área, já que tinha inúmeras denúncias de desmatamento na fazenda e desrespeito ao meio ambiente. Com trabalho intenso de formação avançamos na proposta do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). O PDS é uma modalidade de assentamento em alternativa ao modelo convencional, com uma proposta diferenciada de matriz de produção, agroecológica, e ocupação em harmonia com o meio ambiente, apropriação coletiva da terra e proteção da mata.

(Fonte: INCRA/RJ e MST-Rio)

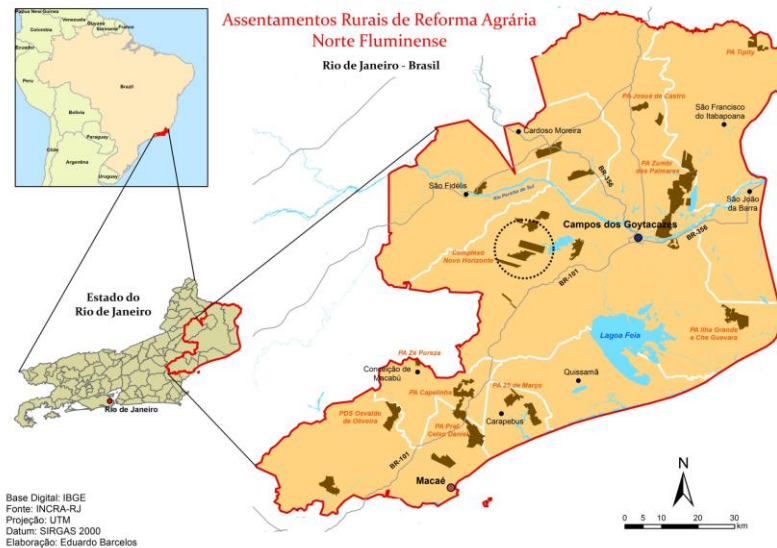


Foto 7: Ruínas da
Fabrica TIPITY.
Fonte: Mapa de Cul-
tura RJ.
Foto: Cris Isidro /
Diadorim Ideas



Foto 8: PDS Osvaldo de
Oliveira, Macaé. Foto: Maria
Amarela, MST-RJ.

O Norte Fluminense: a vida nos assentamentos



Mapa 4: Assentamentos da reforma agrária conquistados no Norte Fluminense – 1980 a 2013

*No meu rancho lá na roça
Sou bastante acomodado,
Tenho meu fogão de lenha,
Um café requentado,
Um cachorro vira lata,
Um galo bem encantado*

*Se você chegar lá
vai ficar admirado,
muitos frutos nas árvores
fartura pra todos lados,
vai ver que lá na roça
tem um farturão danado.*

*Logo de manhasinha
O galo da seu cantado,
O cachorro o latido,
O gato dá seu miado,
A vaca da seu mugido,
E já estou levantado.*

*O que é interessante,
O rádio está ligado,
Os programas sertanejo
São os mais escutados,
E também as reportagens
Para ficar informado*

*Esta é a minha história
Da vida lá no roçado,
Plantei minha paixão por lá
Por isso estão convidados
De passar o Natal comigo,
Comendo queijo e melado,
Lá na roça tem fartura
Ninguém é ignorado*

A Minha Vida Lá na Roça – Paulo Poeta

Após anos de luta e organização dos trabalhadores frente ao poderio do setor sucroalcooleiro, fez-se *feira*, mudou-se a vida, abriram-se os horizontes. Agora, não mais como assalariados, amarrados pelo patrão, dominados e precarizados pela monocultura da cana, mas como sujeitos livres, portadores de terra e trabalho, donos de sua própria história, do seu presente e do seu futuro.

Os trabalhadores da região protagonizaram uma verdadeira *primavera agrária* no Norte Fluminense, ao que se deu origem aos mais diversos assentamentos da região, cerca de 24. Foram quase 31.500 hectares recuperados das usinas e destinados a novos usos. Foram mais de 2.200 famílias assentadas, moradias construídas, políticas públicas vividas, alimentos produzidos. As terras do Norte Fluminense voltaram a florir, depois de anos e anos sedentárias, com pouca ou nenhuma vida para além da cultura da cana.

Embora a conquista da terra não mudasse por inteiro o mundo de privações e estigmas tão marcantes na vida destas várias famílias e dos demais grupos envolvidos, a reforma agrária mudou para sempre a região. Da monodominância canavieira à produção diversificada de alimentos. Do desemprego estrutural ao trabalho autônomo e coletivo. Da dependência econômica à renda pluriativa. Da vida precária na cidade ao retorno para o campo. Do modelo convencional de agricultura para as práticas de transição agroecológica.

“Só saímos daqui mortos. Quando solto as minhas galinhas e os pintinhos e vejo as plantas crescendo, fico muito feliz” (Delma). *“Estou alegre por ter conquistado a terra que eu sempre sonhei”* (Vanda); *“quando vou a Macaé não durmo, já aqui durmo tranquilo até com a porta aberta”* (Amaro Jorge); *“hoje estou plantando, colhendo, vendendo e doando”* (Mario Nunes da Silva). *“Hoje está 10 vezes melhor do que no acampamento, graças a Deus; já como do meu sítio. Melhorou, a gente pode respirar melhor. A alegria da gente é ter a terra, não ter patrão, acordar a hora que quer comer a hora que quer... Vende um aipim... Vende um queijo”* (Assentados do PA Pref. Celso Daniel apud CEDRO, Assim como Washington Hermon, *“ouvi falar sobre o acampamento daí senti que era a oportunidade de dar um futuro melhor para a minha família”*. *“Apostei que tudo daria certo e graças a Deus esta dando certo”* (Rosinéia da Conceição). Para Salvador *“sempre tive o sonho de ter minha terra”*. Para Juraci Carvalho de Lucena *“vim para cá em busca de uma vida melhor para os meus filhos. O Assentamento foi a nossa solução”* (IDEM).

Tabela 2: Produção Vegetal e Animal. Assentamento Pref. Celso Daniel.
Ano Base 2012. Fonte: Cooperativa CEDRO

PRODUÇÃO VEGETAL			PRODUÇÃO ANIMAL		
PRODUTO	ÁREA PLAN-TADA	UNIDADE	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE
Guandu	5,35	Hectare	Bovinos (leite)	350	Cabeças
Abóbora	11,05	Hectare	Bovinos (corte)	418	Cabeças
Aipim	47,5	Hectare	Patos	277	Cabeças
Milho	49,75	Hectare	Galinhas	6.559	Cabeças
Pomar	18	Hectare	Equinos	145	Cabeças
Banana	4,8	Hectare	Ganso	71	Cabeças
Horta	3,5	Hectare	Perus	130	Cabeças
Pastagem	88,9	Hectare	Leite	9.800	Litros por semana
Cana	18,3	Hectare	Tanque peixe	9300	Unidade
Feijão de Corda	6,9	Hectare	Ovinos	251	Cabeças
Acerola	3,6	Hectare	Suínos	584	Cabeças
Feijão	20,75	Hectare	Caprinos	119	Cabeças
Inhame	1,4	Hectare	Galinholas	56	Cabeças
Citros	20,7	Hectare	Ovos	2.625	Dúzias por semana
Pimenta	1,2	Hectare	Queijo	686	Peças por semana
SAFs	4,5	Hectare	Coelho	228	Cabeças
Manga	1,5	Hectare			
Coco	3,8	Hectare			
Quiabo	6,25	Hectare			
Abacaxi	2,8	Hectare			

Na vida produtiva, as famílias tem constituído sistemas de produção baseados na diversificação de culturas agrícolas e criações, com plantios para autoconsumo e para comercialização, em lavouras que variam, normalmente de 0,5 a 5,0 hectares, além de práticas como: avicultura caipira, criações de porte para a bovinocultura leiteira, piscicultura artesanal, suinocultura, entre outros. As principais culturas implantadas nos assentamentos são o aipim, abóbora, cana, milho, feijão, quiabo, jiló, berinjela, tomate, batata doce,

banana, citrus, mamão, abacaxi, coco, hortaliças, sistemas agroflorestais e muitas outras variedades.

O perfil produtivo das famílias assentadas pode ser considerado misto, o que potencializa as práticas da diversificação. O manejo agrícola é tipicamente da agricultura familiar, de baixo nível tecnológico, com uso de mão de obra da família e com técnicas de baixo impacto ambiental. Já a comercialização dos produtos vem sendo feita por meio de venda indireta e direta, em feiras livres e em programas de venda institucional (compras por políticas públicas). Muitos dos assentamentos possuem projetos aprovados junto a CO-NAB (Companhia Nacional de Abastecimento), na modalidade doação simultânea, para comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de projetos de venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste aspecto, destaca-se a *Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes*, que reúne assentados e assentamentos de todo o estado organizados pelo MST no centro da cidade do Rio de Janeiro, duas vezes ao ano, para comercialização, afirmação e visibilidade dos produtos da reforma agrária.

A diferenciação produtiva dos assentamentos, apesar de muitas limitações de recursos, parcerias e tecnologias, tem se guiado pelo *paradigma da agroecologia* por meio de práticas de transição agroecológica baseadas em sistemas integrados, consorciados e diversificados e técnicas alternativas de controle de doenças. Muitas são as famílias, em diferentes assentamentos que experimentam o manejo agroecológico como alternativa ao modelo químico anteriormente utilizado na monocultura canavieira. São experiências de produção, de comercialização, de atividades não agrícolas, de artesanatos, de organização comunitária, de saúde e de educação do campo, de manejo agroflorestal, de técnicas integradas de manejo de doenças, de compras solidárias, de experiências cooperativistas e associativistas, enfim práticas, processos e vivências que tem mudado a forma de convívio com a terra e prosperado em vários cantos da região.

A Escolinha de Agroecologia do Norte Fluminense

“Organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Escolinha de Agroecologia iniciou-se no ano de 2005, para atender à demanda de assentados da Reforma Agrária e de alguns agricultores tradicionais, que buscavam apoio para aperfeiçoar seus conhecimentos agroecológicos e intercambiar suas práticas. A concretização da experiência vem possibilitando não só a reflexão-ação com base no modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura familiar, como também a multiplicação das experiências na Região. Tal processo de troca e intercâmbio se desdobrou em inúmeras dinâmicas que permitiram o desenvolvimento de novas experiências a partir dos agricultores/as, como a auto-sustentação de um Grupo de Produtores que vem promovendo a Feira dos Produtos Alternativos e a Feira dos Produtos Agroecológicos na Universidade Estadual do Norte Fluminense com o apoio de alguns professores desta Instituição.

Um dos princípios básicos da escolinha é a metodologia participativa, pois as ações realizadas têm como base acolher e motivar a participação de todos/as. O encontro começa com o café da manhã que é preparado geralmente com os alimentos agroecológicos produzidos pelos agricultores familiares dos assentamentos.

Geralmente o curso facilitado pela Escolinha é dividido em três fases, de um ano de duração. Os conteúdos teóricos de cada etapa vão desde informações sobre pragas e técnicas de controle, com uso de fitoterápicos e de produtos homeopáticos, até o manejo do solo e aplicação de técnicas de diagnósticos para tratamentos agropecuários. A partir de 2008, a proposta metodológica ganhou mais um elemento, que é a visita aos lotes e comunidades dos participantes que desde a primeira turma implementam seus experimentos práticos pautados pelas reflexões na escolinha.

A partir deste espaço, os agricultores percebem os avanços, os problemas e desafios da efetivação de um modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura familiar; propõem e reformulam suas idéias, alimentados pelo diálogo com professores, estudantes, lideranças e técnicos de movimentos e organizações sociais, visualizando novos caminhos para a agroecologia na Região Norte Fluminense.

A Escolinha, como experiência educativa, já contribuiu com a formação de mais de 250 camponeses e camponesas, possibilitando uma maior compreensão sobre a referência agroecológica, associada à apropriação de técnicas alternativas de cultivo e ao intercâmbio de experiências já praticadas há anos pelos camponeses”

Tabela 3: Experiências Agroecológicas no Norte Fluminense

Nº	Experiência	Local	Protagonistas	Tipo de Experiência	Municípios Envolvidos
1	Encontro da Partilha: saberes e fazeres em movimento		Rede Fitovida	Formação	Campos dos Goytacazes
2	Contornando as adversidades de 60 anos de cultivo de cana-de-açúcar	Assentamento Capelinha	D. Maria Baixinha	Produção	Conceição de Macabu
3	Rede de produtores/produtoras da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro			Organização	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira e São Francisco do Itabapoana
4	Escolinha de Agroecologia	Assentamento Zumbi dos Palmares	CPT	Formação	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana e Macaé
5	Experiência agroecológica	Acampamento São Roque	MST	Produção	Bom Jesus do Itabapoana
6	Agroecologia: uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar da região Norte Fluminense			Organização	
7	Cícero	Assentamento Zumbi dos Palmares	Assentado	Produção	Campos dos Goytacazes
8	Paulo Poeta	Assentamento Zumbi dos Palmares	Assentado	Produção	Campos dos Goytacazes
9	Cooperativa Agroindustrial	Assentamento Che Guevara	Assentados	Produção	Campos dos Goytacazes
10	Feira da UENF	UENF	Assentados	Comercialização	Campos dos Goytacazes
11	Agrocrioulo	UENF	Estudantes	Formação	Campos dos Goytacazes
12	Brigada Ambiental	Assentamento Celso Daniel	Assentados	Organização	Macaé
13	Feira do CEFET	Arredores do CEFET	Assentados	Comercialização	Campos dos Goytacazes

Fonte: ALENTEIANO (2008)

“As experiências agroecológicas de produção e comercialização, as agroindústrias familiares e outras formas de cooperação têm sido as principais formas de resistência dos trabalhadores rurais assentados na região e são a expressão da possibilidade de construção de uma nova forma de organização do espaço agrário na região, mais democrática e biodiversa. Em trabalho desenvolvido pela UFF para a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, foram identificadas 13 experiências agroecológicas na região Norte Fluminense, das quais 10 envolvendo acampamentos e assentamentos rurais (76,9% do total), o que demonstra a importância da luta pela terra na região para a construção de alternativas produtivas e de organização social na região. Destas experiências, 5 são de produção, 3 de formação, 3 de organização e 2 de comercialização. Campos é o município que concentra a maior quantidade de experiências (10)” (ALENTEJANO, 2008).

Línea del tiempo

			
1950 Corte de cana Terras de Usina Santo Antonio	1960 Usina Cupim. Campos dos Goytacazes	1970 Década de fechamento de mais de uma dezena de usinas	1989 TIPITY foi desapropriada, criando o Projeto de Assentamento Tipity
			
1990 Década que o MST organiza famílias camponesas	1996 Ato pela Reforma Agrária	2000 Assentamentos rurais de Reforma Agrária Norte Fluminense	2010 MST ocupa fazenda. Hoje PDS Osvaldo de Oliveira.

Bibliografia citada

AARJ. *Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: Caderno de experiências agroecológicas*. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. *Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ*. 199 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós- Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo (org.). *Zumbi 5*. Cartilha. Projeto de Extensão: Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2006.

_____. *O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. mimeo.2008.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. *O Protagonismo do MST em Campos – Uma Alternativa à Reprodução Social dos Assalariados da Cana*. Revista Vértices, ano 3, nº1. Mar. 2000.

CEDRO. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Prefeito Celso Daniel*. Cooperativa de Trabalho, Projetos e Serviços em Sustentabilidade. Rio de Janeiro. 2006.

_____. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zé Pureza*. Cooperativa de Trabalho, Projetos e Serviços em Sustentabilidade. Rio de Janeiro. 2012a.

_____. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento João Batista Soares*. Cooperativa de Trabalho, Projetos e Serviços em Sustentabilidade. Rio de Janeiro. 2012b.

NEVES, Delma, Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Os Assentamentos Rurais e a Reforma Agrária Técnico-Burocrática*. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. GT Processos Sociais Agrários. 1995.

POETA, Paulo. *Terra Conquistada, Esperança de Vida Nova*. Poesias de Paulo Poeta. Campos dos Goytacazes: Gráfica e Editora Lar Cristão. 2000.

Créditos

Este caso foi sistematizado por Eduardo Barcelos, do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Fotos: Ana Paula Alves Ribeiro; Instituto Historiar; IBGE; Boletim MST-Rio